

FILIAÇÃO SINDICAL DE TRABALHADORES NO BRASIL (2012-2022): INDICADORES, CONTEXTO INSTITUCIONAL E FATORES DETERMINANTES

Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* sandro.pereira@ipea.gov.br.

André Gambier Campos

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* andre.campos@ipea.gov.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2957-port>

Este estudo tem como foco uma análise do associativismo sindical de trabalhadores no Brasil, dada a conjuntura de mudanças recentes observadas nos planos político, econômico, social e institucional. Mais precisamente, os objetivos foram: i) reconstruir analiticamente as transformações do sindicalismo; ii) decompor as variações do público filiado, em comparação ao conjunto de ocupados no Brasil; e iii) verificar os indicadores da propensão à filiação de trabalhadores aos sindicatos de suas respectivas categorias, em dois momentos diferentes no tempo (início e fim da série analisada). O horizonte temporal da pesquisa foi de 2012 a 2022, no intuito de captar a trajetória da variável explicada, em um contexto histórico marcado por significativas mudanças que afetaram a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Com isso, buscou-se compreender não apenas variações na densidade sindical, como também avaliar possíveis fatores explicativos para os resultados identificados.

São muitos os fatores aqui assumidos como potenciais determinantes da propensão dos trabalhadores a se filiarem a um sindicato. Eles podem ser agrupados genericamente em três dimensões analíticas: i) *subjetiva*, relacionada à racionalidade individual e valorativa a ser ponderada na tomada de decisão; ii) *profissional*, referente ao percurso de formação e experiência laboral dos indivíduos; e iii) *contextual*, de ordem

externa ao indivíduo e ao próprio sindicato, atrelada à dinâmica da economia e, em particular, ao mercado de trabalho.

Além da consulta à literatura, a parte empírica das análises se valeu da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram selecionados os dados sobre a filiação da população ocupada a sindicatos, bem como o perfil desses trabalhadores em termos adscritos (atributos como sexo e idade), adquiridos (escolarização e área de residência) e ocupacionais (setor de ocupação, jornada semanal, estabilidade no vínculo de emprego e remuneração dos trabalhadores).

A título de conclusão, de forma resumida, podem-se destacar os aspectos empíricos a seguir elencados.

- 1) A população ocupada no país cresceu de 89,2 milhões de trabalhadores, em 2012, para 99,6 milhões em 2019. Nesse total, o número de filiados apresentou queda significativa, passando de 14,4 milhões para somente 9,1 milhões de filiados (-5,3 milhões de trabalhadores).
- 2) A taxa de filiação seguiu no mesmo sentido, com declínio de 16,1% para 9,2% (-6,9 pontos percentuais – p.p.), entre

SUMEX

2012 e 2022, fechando a série no menor nível histórico. Tal declínio se mostrou mais acentuado em três momentos: entre 2015 e 2017, quando a crise econômica resultou na queda massiva do emprego formal no país; entre 2017 e 2019, após a aprovação da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), combinada com um período de estagnação econômica; e entre 2019 e 2022, em que a humanidade foi assolada por uma pandemia de alta letalidade que afetou profundamente a dinâmica socioeconômica no país. Logo, embora o objetivo do estudo não fosse verificar relações causais entre os fenômenos citados, os dados indicam uma sensibilidade do sindicalismo no Brasil a fatores conjunturais (em termos de variação na geração de ocupação) e, também, institucionais (mudanças na legislação trabalhista).

- 3) Ao longo da década de 2010, a retração na taxa de sindicalização foi mais expressiva: nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul (-48,5%, -46,2% e 46,1% de variação, respectivamente); nas áreas urbanas (-36,7%); entre trabalhadores do sexo masculino (-40,6%); entre trabalhadores mais jovens, com até 29 anos de idade (-55,6%); entre trabalhadores mais escolarizados, com onze anos ou mais de instrução (-49,8%); entre trabalhadores da construção civil (-65,6%), da administração pública (-42,6%) e da indústria (-40,1%); entre trabalhadores com jornada de trabalho inferior a 40 horas (-45,1%); entre trabalhadores menos estáveis, com menos de 1 ano em seu vínculo (-42,9%) e de 1 a 6 anos (-45,8%); entre trabalhadores com faixa de renda de 4 a 10 salários mínimos – SMs (-53,8%).
- 4) Por fim, a análise dos atributos associados às chances de os indivíduos

assalariados se filiarem a sindicatos demonstrou haver diferenças significativas entre os fatores observados. No entanto, em que pese essa retração diferenciada da taxa de sindicalização, percebe-se que o núcleo de trabalhadores que alicerça os sindicatos no país permanece relativamente constante no período de análise: trabalhadores de setores industriais e de alguns segmentos de serviços entre os ocupados formais (destaca-se também o grupo de agricultores familiares, quando se expande a análise para o total de ocupados no país), com vínculos mais estáveis e em empresas de maior porte, trabalhando jornadas semanais regulares e com melhor remuneração. Por sua vez, a série de dados indica um crescimento relativo na participação das mulheres (ainda que, em valores absolutos, também tenha havido queda) e um contínuo envelhecimento médio da base de trabalhadores sindicalizados no Brasil, o que desperta preocupações com a capacidade de renovação dessa instituição ante os desafios estruturais que surgem no mundo do trabalho.

Portanto, os resultados apresentados demonstram a complexidade que envolve a temática do sindicalismo, sobretudo quando se considera uma estrutura de mercado de trabalho tão heterogênea quanto a brasileira.